

# **DINÂMICAS DA DESMOBILIZAÇÃO: a criação de entraves aos processos de formação e movimentação de públicos<sup>1</sup>**

## **DYNAMICS OF DEMOBILIZATION: the creation of hindrances for the process of public formation and movement**

Daniel Reis Silva <sup>2</sup>

**Resumo:** *Ancorado em uma compreensão Deweyniana sobre públicos, e alinhado com pesquisas acerca dos processos de formação e movimentação dos mesmos na sociedade contemporânea, o trabalho aborda uma lógica ainda pouco sistematizada na literatura sobre o tema: a desmobilização, entendida aqui como uma dinâmica comunicativa orientada para a criação de entraves capazes de frear e enfraquecer a criação ou ação desses agrupamentos. Reconhecendo o potencial do conceito para a comunicação organizacional e pública, busca exemplificar o raciocínio acerca das condições de desmobilização, realizando a análise de alguns discursos contrários à greve dos caminhoneiros de 2018. Constata que as condições de desmobilização oferecem novas lentes para encarar tais proferimentos, destacando apelos sobre a falta de concretude e caráter público na causa dos caminhoneiros, sobre a impossibilidade de soluções para o problema da greve e sobre seu desalinhamento moral com os horizontes éticos da sociedade brasileira.*

**Palavras-Chave:** *Públicos. Desmobilização. Greve dos Caminhoneiros.*

**Abstract:** *Anchored in a Deweyian understanding of the public, and in line with research that explore the processes of formation and movement of publics in contemporary society, the article addresses a logic that still underdeveloped in the literature on the theme: the demobilization. I propose that demobilization is a communicative dynamic intended to create obstacles capable of hindering and weakening the creation or action of publics. To exemplify the reasoning about the "conditions of demobilization," the article explores discourses contrary to the 2018 truck drivers' strike, revealing new undertones on those speeches. From the analysis of social media postings, it highlights appeals that try to demonstrate the lack of concreteness and public character in the cause of the truck drivers; argue for the impossibility of solutions for their problem; and suggest the moral misalignment of the strike with the ethical horizons of Brazilian society.*

**Keywords:** *Publics. Demobilization. Truck drivers' strike.*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Comunicação Organizacional do XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Professor adjunto do Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Campus Frederico Westphalen. Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [daniel.rs@hotmail.com.br](mailto:daniel.rs@hotmail.com.br).

## 1. Introdução

A noção de públicos possui grande significação no mundo contemporâneo, desempenhando papéis que vão desde a sustentação do ideal democrático até o balizamento de dimensões dos processos comunicativos, como os relacionamentos entre organizações e sociedade. Desenvolvido por diferentes vertentes e áreas do conhecimento, o conceito deve ser entendido como multifacetado e aberto, sendo perpassado, em seu âmago, por noções de representação política, conflitos de poder, disputas de sentido, formação da opinião pública e construção coletiva de ações.

O presente artigo reconhece a importância do conceito, e se alinha com uma frente de autores de campos das ciências sociais e da comunicação que desenvolveram, nas últimas décadas, uma renovada – e reflexiva – abordagem sobre os públicos. (QUÉRÉ, 2003; ESTEVES, 2011; BABO, 2013; HENRIQUES, 2010; 2017a; 2017b). Distanciando-se tanto das perspectivas deterministas e funcionais que marcam algumas das principais incursões sobre o tema em áreas como as relações públicas, cuja literatura por vezes é excessivamente centrada na operacionalização e classificação de públicos (GRUNIG, 1997), quanto também de discussões políticas normativas acerca do papel desses agrupamentos no arranjo democrático ocidental (SILVA, 2016), esses autores ancoraram suas reflexões em um ponto de partida semelhante: a revisitação de obras clássicas de Gabriel Tarde (1992), Herbert Blumer (1978) e, especialmente, John Dewey (1954). Como aponta Henriques, esses trabalhos articulam uma ideia geral dos públicos como "formas de experiências e sociabilidade abstratas e dinâmicas, formadas em função da problematização de eventos e ações na esfera pública" (HENRIQUES, 2017a, p. 56).

É possível considerar que o foco teórico da perspectiva apresentada por esses autores é a exploração dos processos de formação e movimentação dos públicos, com seus trabalhos refletindo sobre dinâmicas sociais e comunicativas que marcam a constituição desses agrupamentos. Nessa vertente, se destacam pesquisas que buscam compreender as lógicas de mobilização social e os desafios comunicativos para a criação e evolução desses coletivos (HENRIQUES, 2010), o papel da experiência na formação dos públicos (QUÉRÉ, 2003) e como os acontecimentos, e as subsequentes disputas ao redor de suas interpretações, constituem importantes motores para o surgimento e ação de grupos (BABO, 2013).

O objetivo do atual texto é colaborar com o avanço da abordagem reflexiva sobre os públicos a partir da exploração de um tópico ainda pouco desbravado em tal literatura: as

dinâmicas da desmobilização. Tal proposta é ancorada em um raciocínio sobre como a mobilização, compreendida enquanto esforços comunicativos para a formação e movimentação de públicos, tem o seu par dialético na desmobilização, constituída por apelos que visam estabelecer entraves capazes de evitar ou frear a constituição e ação desses coletivos. Mobilização e desmobilização formam, assim, faces opostas de uma mesma lógica comunicativa sobre os públicos, operando, em frequência inversa, com temas de grande relevância, como os conflitos de poder e sentido. Se a mobilização é, muitas vezes, referenciada por seu potencial de empoderamento dos coletivos sociais e por sua virtude democrática de permitir que públicos ajam na defesa de seus próprios interesses, a desmobilização deve ser problematizada justamente por atuar como um vetor de enfraquecimento desses mesmos grupos.

Quando tomada por um viés crítico e trabalhada teoricamente a partir de visões interacionais calcadas nas interações entre os sujeitos, e não por uma suposta linearidade dos processos comunicativos, a desmobilização pode se tornar um importante aporte para pesquisas que buscam compreender as dinâmicas sociais. Em última instância, a noção deve ser pensada enquanto um fator fulcral a ser considerado quando lidamos com as vulnerabilidades e fragilidades dos públicos, tópicos de grande importância no contexto das democracias ocidentais contemporâneas – especialmente a partir de uma virada ultraconservadora e populista nas Américas e na Europa após a eleição de Donald Trump em 2016 e do recrudescimento do fenômeno das *fake news* na era digital.

Assumindo a forma de um trabalho inicial sobre o tema, que visa estruturar bases sólidas capazes de sustentar investigações futuras propícias para uma ampliação de escopo conceitual e empírico, o presente artigo possui dois objetivos específicos: (a) desenvolver um *framework* inicial acerca das dinâmicas da desmobilização; e (b) demonstrar, ainda que de maneira introdutória, como esse constructo pode consistir em uma lente importante capaz de revelar novas facetas de discursos públicos. Para atingir tais marcos, dois movimentos são realizados e estruturam o texto.

O primeiro movimento, de caráter teórico-conceitual, consiste na criação de uma proposta básica sobre as dinâmicas da desmobilização. Apesar do tópico ainda ser pouco trabalhado na literatura sobre os públicos, bases promissoras capazes de ancorar formulações iniciais podem ser encontradas tanto em trabalhos pontuais das Relações Públicas que lidam com formas de suprimir ativistas quanto nas próprias reflexões sobre a mobilização, tomando-

as enquanto raciocínios que buscam apontar para as lógicas comunicativas que regem a formação dos públicos e que podem, por consequência, jogar luzes sobre esforços para evitar a sua constituição. Partindo dessa compreensão, o primeiro movimento é organizado ao redor de três passos. Inicialmente são exploradas as características básicas que embasam a abordagem reflexiva sobre os públicos, identificando, especialmente a partir de John Dewey (1954), elementos e características desses agrupamentos que tecem um quadro complexo e calcado na comunicação. Em seguida, busca-se observar como a desmobilização marca presença, ainda que de forma velada, na literatura de Relações Públicas, em particular nas lógicas de públicos defendidas por Grunig (1997). Por fim, busca-se aportes na ideia de mobilização e coletivização (Henriques, 2010) para identificar lógicas que configuram a dinâmica da desmobilização, chegando a uma sugestão inicial acerca de “condições de desmobilização”.

O segundo movimento, por sua vez, almeja demonstrar – e, de certa forma, dar início a um processo de validação e expansão da proposta formulada anteriormente – como as condições de desmobilização podem auxiliar na compreensão sobre discursos públicos, desvelando elementos que ampliam os horizontes interpretativos e a compreensão sobre os processos e contradições da comunicação pública. Para tanto, as condições são aplicadas enquanto operadores analíticos em uma análise de conteúdo de alguns dos discursos contrários a um evento público de grande visibilidade nacional: a greve dos caminhoneiros de 2018. Ao fim da análise, o artigo traz uma reflexão sobre o potencial da ideia de desmobilização em pesquisas da área de comunicação organizacional, relações públicas e comunicação pública, assim como sobre perspectivas futuras de pesquisa e sobre as limitações da reflexão apresentada.

## **2. As dinâmicas da desmobilização**

Conforme mencionado anteriormente, a criação de uma proposta teórica acerca do fenômeno da desmobilização não deve ser encarada como passo isolado. Ao contrário, o argumento que sustenta tal empreitada faz sentido apenas quando ancorado em trabalhos e perspectivas anteriores, que colocam ênfase nos processos de formação e movimentação de públicos. Assim, um primeiro passo em direção às dinâmicas da desmobilização deve, necessariamente, revisitar as bases da abordagem reflexiva atual do tema, identificando lógicas

comunicativas e elementos que perpassam tal conceito. Uma forma de viabilizar tal empreitada é a revisitação da influente contribuição do filósofo pragmatista estadunidense John Dewey sobre os públicos, destacando como sua obra abre margens e possibilidades para uma exploração acerca não só dos processos de constituição de coletivos, mas também daqueles que visam impedir que tais grupos tomem forma e atuem na sociedade.

## 2.1 A lógica pragmatista dos públicos: revisitando o entendimento de John Dewey

Um dos pioneiros no tratamento conceitual dos públicos, Dewey conferiu suas principais contribuições sobre o tema na obra *The Public and Its Problems* (1954). É importante observar, porém, que seu processo de reflexão sobre o tópico começa em um período anterior, marcado especialmente pelo seu contato com duas obras críticas do jornalista Walter Lippmann: *Opinião Pública* (2008) e *The Phantom Public* (2011). A ideia de públicos é, assim, componente fundamental do episódio conhecido como controvérsia Dewey-Lippmann, um diálogo entre aspectos conflitantes do pensamento desses autores acerca da democracia e do papel dos públicos em tal sistema político – visões que ecoaram significativamente durante o século XX, “embasando e compondo o pano de fundo de formulações tão díspares quanto a democracia deliberativa de Habermas e o elitismo democrático de Schumpeter e Lipset” (SILVA, 2016, p. 58).

Ainda que não seja o objetivo do atual trabalho adentrar nas minúcias desse episódio, é válido notar como características centrais da afamada ideia de públicos de Dewey tiveram suas origens nas reflexões de Lippmann (2008; 2011) sobre o tema. Para Lippmann, os públicos são, em uma sociedade democrática, múltiplos, voláteis, intermitentes, abstratos e elusivos. Em sua visão, os públicos emergiam na cena social de tempos em tempos, sempre de maneira a opinar sobre uma situação controversa. Seria, assim, um erro considerá-los como “um corpo fixo de indivíduos. Eles são meramente as pessoas que se interessam sobre um determinado problema e que podem, pelo seu apoio ou oposição, influenciar os atores envolvidos no mesmo” (LIPPMANN, 2011, p. 67, tradução nossa).

Lippmann não tinha uma opinião lisonjeira sobre os públicos. Em seu entendimento, esses grupos eram marcados pela inexperiência e por discernir apenas distinções brutas, se formando de maneira lenta e se dissipando rapidamente antes do encerramento de uma controvérsia. Eles eram *outsiders*, formado por pessoas que, por não possuírem conhecimentos

especializados, eram vulneráveis e dependentes dos meios de comunicação, especialmente da imprensa.

Apesar de Dewey ser tradicionalmente tomado como o contraponto do pensamento de Lippmann, a realidade é que as discordâncias entre os autores não eram absolutas (SILVA, 2016). Em sua conceituação sobre os públicos, Dewey resgata e incorpora diversas das noções apresentadas inicialmente nas obras de Lippmann – adotando, porém, um posicionamento bastante distinto acerca da natureza desses grupos.

A ideia de público formulada por Dewey (1954) é pautada na existência de duas dimensões, o sofrer e o agir. Em primeiro lugar, o público sofre. Ele “consiste no conjunto de pessoas que são afetadas pelas consequências indiretas de uma transação” (DEWEY, 1954, p. 15, tradução nossa), sendo formado a partir de uma situação específica e por meio das interações entre os sujeitos. Afetado, o público reage, tentando intervir naquela situação, produzindo e compartilhando sentidos, adotando posicionamentos e fazendo escolhas – assumindo, nesse processo, um papel de agente. O sofrer e o agir são inseparáveis e fazem parte da própria essência do que é um público para Dewey.

Dewey reconhece que o público não é dotado de uma existência apriorística, assumindo configurações diversas a partir da própria variação das situações e do desenrolar dos acontecimentos. Mais ainda, aquele grupo nunca pode ser considerado como um corpo fixo de pessoas, especialmente perante as implicações de um dos aspectos primordiais do raciocínio composto pelo autor: a percepção de um problema. Para que o público se forme, as pessoas precisam perceber-se como afetadas por um certo acontecimento ou transação, engajando-se em um processo de problematização de tal situação. Essa ideia garante, em parte, a característica volátil do público, na medida em que as percepções das pessoas sobre os problemas que lhes afetam não são fatos imutáveis, mas sim fruto de trocas comunicativas e disputas de sentido entre os sujeitos. As percepções, assim como as opiniões, são produtos de um constante processo de (re)formulação, sofrendo alterações perante o caminhar de uma controvérsia, assim como pela interação entre os diferentes atores e forças sociais.

Até mesmo a ideia de Lippmann sobre como um público demora a se formar e acaba por sair de cena rapidamente não é descabida na perspectiva formulada por Dewey. Um dos maiores desafios apontados pelo filósofo é como, na vasta complexidade de um mundo interconectado, os sujeitos nem sempre conseguem ter clareza sobre o que lhes afeta e sobre os interesses que atravessam os acontecimentos (DEWEY, 1954). Diante dessa concepção, os

públicos podem ser, de fato, lentos para se formarem, sendo necessária uma percepção sobre problemas que nem sempre se apresentam de maneira clara e imediata. Além disso, o conceito de público demanda uma dimensão coletiva voltada para a ação, aspecto que também deve ser entendido como potencial constrangimento para a existência de agrupamentos. Como uma literatura que aborda os processos de formação e movimentação de públicos salienta, manter o engajamento das pessoas é sempre desafiante, sendo necessário enfrentar uma tendência de dispersão derivada da própria ausência de uma disponibilidade irrestrita dos sujeitos para agirem conjuntamente visando alterar uma situação (HENRIQUES, 2010).

Assim, os públicos de Dewey não devem ser tomados como agentes desprovidos de limitações. Eles enfrentam dificuldades para se formarem, dependendo de uma solidariedade construída a partir de percepções compartilhadas acerca de situações e acontecimentos complexos – e que envolvem, por vezes, conhecimentos que estão além do domínio imediato dos sujeitos. Sua atuação também é marcada por entraves, especialmente pelo próprio caráter efêmero e vacilante da atenção dos sujeitos e de sua disponibilidade para a ação. Mesmo perante essas dificuldades, Dewey depositava fé no poder de agência do público, apostando que a educação, os *media* e o potencial da mente humana poderiam superar os entraves e barreiras que limitam os públicos em sua atuação enquanto protagonistas do ideal democrático. Apesar disso, em seus textos encontra-se não apenas um conceito de públicos que coloca em primeiro plano a comunicação e a interação entre sujeitos, mas também reflexões sobre limitações que podem ser tomadas como um raciocínio embrionário capaz de explicar algumas das dinâmicas de desmobilização – e tais lógicas marcam presença na apropriação que James Grunig (1997; 2005), um dos principais teóricos de Relações Públicas, realiza da leitura deweyniana para embasar sua Teoria Situacional dos Públicos.

## 2.2 A desmobilização e as Relações Públicas

A Teoria Situacional dos Públicos (TSP) deve ser entendida como um conjunto de reflexões e como um programa de pesquisas, ambos capitaneados por James Grunig e orientados para compreender o comportamento comunicacional dos públicos. No âmago da TSP encontra-se o resgate e a sistematização das ideias propostas por Dewey, aproximando-as de um terreno familiar aos estudos de Relações Públicas: as organizações. Dessa forma, Grunig (1997) observa que os públicos são indivíduos desconectados que, por meio da experiência e



afetados pelos comportamentos organizacionais, possuem o *potencial* de se transformar em coletivos dispostos a agir na defesa de seus interesses. O autor aponta que os públicos são formados a partir do reconhecimento de que algum aspecto da atuação de uma organização causa problemas e os prejudica. Munidos dessa impressão, os indivíduos se organizam para pressionar empresas ou governos, demandando intervenção e regulamentações. Nesses termos, a ideia de públicos lastreia as Relações Públicas: as organizações passam a precisar dessa atividade na medida em que seus comportamentos criam problemas que podem dar origem aos públicos, sendo que estes, ao evoluir e atuar na sociedade, tem a capacidade de criar constrangimentos e ameaçar a autonomia das organizações (GRUNIG, 1997, p. 9).

Grunig sistematiza as dimensões da ação e do movimento teorizadas por Dewey, propondo quatro categorias de públicos. A primeira é o *não-público*, consistindo dos sujeitos que não estão cientes de como são afetados pela atuação de uma organização. A segunda categoria é a de *públicos latentes*, formados por pessoas que reconhecem que são impactados por uma organização, mas não percebem a situação como problemática. Em seguida há os *públicos conscientes*, que não apenas entendem as situações que lhes afetam, mas as problematizam. Eles, porém, não agem no sentido de intervir em sua solução. Por último, existem os *públicos ativos*, que finalmente preenchem todos os critérios propostos por Dewey: se percebem como afetados por uma transação e a reconhecem como problemática, agindo no sentido de intervir em seus rumos.

A TSP se tornou um marco teórico ao fornecer um norte capaz de guiar pesquisadores e profissionais em suas tentativas de entender (e planejar) políticas de comunicação. Consiste, assim, em um arcabouço a partir do qual diretrizes estratégicas podiam ser formuladas, trazendo para um primeiro plano o posicionamento dos sujeitos acerca de uma situação. Dentre outras utilizações dessa sistematização, se tornou recorrente empregar o raciocínio para entender como organizações tentam mobilizar públicos (promovendo a transformação de não públicos em públicos ativos) de acordo com seus projetos – como ações voltadas para suas comunidades do entorno ou esforços de marketing social (GRUNIG, 1997). Porém, uma lógica contrária também é utilizada, e uma aplicação que se tornou particularmente recorrente, em parte por ter sido abordada pela Teoria da Excelência, diz respeito à forma com que uma organização deve se engajar com públicos latentes e conscientes para dialogar, simetricamente, acerca de suas atividades, criando relacionamentos capazes de evitar o desenvolvimento de cenários problemáticos (GRUNIG, 1997; GRUNIG; GRUNIG; DOZIER, 2002).



Subjacente a essa segunda aplicação das classificações de Grunig, encontra-se uma das diretrizes básicas menos exploradas da atividade de relações públicas: a tentativa de interromper o processo de formação de públicos. Ponto pouco discutido na literatura da área, especialmente quando apresentado em termos tão incisivos, esse princípio é uma consequência lógica do argumento utilizado por Grunig para ressaltar a importância das Relações Públicas: se os públicos são capazes de criar constrangimentos e ameaçar a autonomia das organizações, os esforços para influenciá-los adquirem centralidade estratégica, inclusive aqueles voltados para constranger sua atuação, enfraquecer sua movimentação, e mesmo, em última instância, evitar que esses grupos sequer se constituam.

Faz sentido, até determinado ponto, que tal aspecto seja pouco mencionado. No pano de fundo de sociedades democráticas, a afirmação que uma atividade visa impedir que públicos se constituam e se movimentem apresenta uma conotação demasiadamente negativa (e até mesmo elitista). Apesar do entendimento de certa forma consolidado sobre como públicos mobilizados podem ameaçar a atuação e a sobrevivência de organizações, tais grupos raramente são tratados por uma luz negativa na literatura da área – e é interessante observar como diversas obras, inclusive as de Grunig (1997; 2005), passam a empregar uma espécie de código (ou *dog-whistle*) para ocultar suas intenções quando fazem referência aos públicos que, nas perspectivas das organizações, são ameaçadores ou negativos, nomeando-os como grupos ativistas.

Apesar de soar politicamente incorreta em uma primeira leitura, a diretriz estratégica que trata da tentativa de impedir que públicos se formem e atuem não deve ser necessariamente encarada como nefasta. É possível entender essa observação retomando o processo de formação de públicos derivado das ideias de Dewey (1954), em que esses grupos se constituem a partir do reconhecimento de uma dada situação como problemática. A partir dessa colocação, duas leituras distintas ajudam a entender a tentativa de impedir a formação de um público. O enfoque da primeira é no problema em si, relacionado com a possibilidade de uma organização minimizar os incômodos de sua atuação de diversas maneiras. Parte significativa do repertório da atividade de Relações Públicas foi construído a partir desse raciocínio, apostando que uma aproximação entre organização e sujeitos, mediada por profissionais da área, pode ser eficiente para evitar que públicos se formem. Atuando como um mediador, o profissional estabelece relacionamentos com os sujeitos para compreender os impactos da organização e as inquietações, preocupações e valores daquelas pessoas. A noção bastante difundida sobre como

a organização precisa engajar os públicos latentes e conscientes está baseada nessa ideia: estabelecer relações mutuamente benéficas para evitar o surgimento de problemas e, segundo a própria definição, a formação de públicos ativos (e quando isso não é possível, minimizar o conflito com o mesmo).

Seria, porém, ingênuo acreditar que esse é o único rumo de ações para intervir no processo de formação e movimentação de públicos. O segundo caminho atua sobre a mesma conceituação lógica acerca daqueles grupos, mas foca em outro de seus elementos constitutivos: a percepção. Ao invés de intervir no problema, as estratégias derivadas dessa leitura buscam influenciar as percepções e opiniões daqueles sujeitos de forma que eles não problematizem uma situação. Essa perspectiva dialoga com a preocupação de Dewey (1954) sobre como a falta de clareza dos sujeitos acerca do que lhes afeta constitui uma das principais causas do eclipse do público: se os sujeitos forem incapazes de perceberem uma transação como problemática, os públicos jamais se formariam. Dentre as decorrências desse entendimento estão as tentativas de organizações ocultarem seus eventuais malfeitos e esconder indícios que os comprovem, os esforços para maquiagem determinadas situações e a criação de dúvidas e incertezas (SILVA, 2017).

Apesar desta ser uma conclusão lógica pautada em conceitos primordiais da área, são raros os textos da literatura de RP que abordam estratégias para evitar a formação de públicos. Uma exceção notável é o ensaio de Philip Lesly nomeado *Coping with Opposition Groups* (1992), publicado no periódico *Public Relations Review* – e não deixa de ser sintomático que mesmo essa entrada seja acompanhada de uma nota do editor esclarecendo que se trata de uma reflexão realizada por profissional da área, e não uma contribuição acadêmica. De toda a forma, o artigo de Lesly aborda a versão negativa dos públicos – os ativistas, retratados como adversários das organizações. O objetivo do autor é entender como lidar com essa oposição, e ele sugere que a reação natural dos sujeitos diante de dúvidas é não se engajarem em ações e protestos, de maneira que uma estratégia básica para lidar com a oposição é garantir que as pessoas “permaneçam em dúvida e não tenham motivações para agir. (...) Fomentar publicamente dúvidas ao demonstrar que uma situação não é clara como os argumentos dos oponentes sugerem geralmente basta” para que aqueles sujeitos percam seu ânimo (LESLY, 1992, p. 331, tradução nossa).

Lesly salienta que é um erro de julgamento a obsessão pela busca de mudança de opinião que faria com que os sujeitos simplesmente passassem a apoiar uma dada empresa – semear

dúvidas visando incapacitar a formação de públicos surge como uma opção superior que, inclusive, acarreta menos riscos para a reputação da empresa. O autor sugere que essa noção estratégica não visa fazer com que todas as pessoas passem a ter incertezas sobre uma situação, mas sim que um número significativo de sujeitos perca a motivação de fazer parte daqueles movimentos ativistas por se sentirem incapazes de decidir sobre os seus méritos, causando um esvaziamento em tais grupos.

Apesar das observações de Lesly apresentarem uma franqueza rara, descrevendo de maneira bastante direta uma lógica da não formação e movimentação de público, o restante da literatura de Relações Públicas fornece poucos subsídios capazes de elucidar as dinâmicas de tal processo. Uma alternativa para avançar o estudo sobre o tema é o acionamento de autores que trabalham com a ideia de mobilização social, observando em suas obras quadros de referências capazes de embasar uma versão inicial das dinâmicas da desmobilização.

### **2.3 A mobilização e as condições de desmobilização**

Conforme mencionado anteriormente, uma frente importante da abordagem reflexiva sobre os públicos está relacionada com a mobilização, constituída por autores cujo foco primário está nos processos comunicativos envolvidos na formação dos públicos (Henriques, 2010). Uma aposta dessa vertente é o olhar microscópico sobre o tema, propício para conferir centralidade às dimensões da visibilidade, disponibilidade e generalidade que configuram as condições de um público expressar-se (HENRIQUES, 2017b). Como um par dialético da mobilização, a ideia de desmobilização deve ser pensada a partir dessas mesmas dimensões.

Para que um conceito sólido de desmobilização seja concebido, porém, é imperativo ir além da mera formação do ente abstrato conhecido como público. Uma literatura recente de mobilização é instrumental para tanto, na medida em que sugere que o entendimento das lógicas comunicativas que regem tais grupos está vinculado a uma exploração das formas de ação coletiva dos públicos (HENRIQUES, 2017b) – observação que dialoga diretamente com a dimensão da ação entendida por Dewey como constitutiva de tais coletivos.

Os públicos são, nessa perspectiva, processos inerentemente dinâmicos percebidos apenas em seu movimento (HENRIQUES, 2017b), o que significa conferir atenção para suas dimensões performativas. Como Henriques observa, o movimento deve ser encarado “como uma condição elementar: se os públicos são dinâmicos, têm que estar em ação, em movimento

– e é assim que precisam ser vistos e reconhecidos” (2017b). Mais ainda, a ação dos públicos é pautada em uma dinâmica exponencial, na qual o grupo de pessoas precisa se engajar em processos comunicativos capazes de mobilizar um número cada vez maior de sujeitos como forma de intervir em uma situação problemática.

As dinâmicas da desmobilização são pautadas também na tentativa de constranger e limitar a movimentação desses atores sociais, dificultando tanto suas intervenções voltadas para alterar uma situação quanto seu engajamento em dinâmicas de convocação de outros sujeitos – ou seja, em processos de mobilização centrados no compartilhamento de discursos e na construção de uma causa coletiva. Uma proposta teórica sobre a desmobilização, com base no percurso teórico realizado até o momento, deve entender o fenômeno *como uma dinâmica comunicativa orientada para a criação de entraves capazes de frear e enfraquecer a formação e ação desses agrupamentos*.

É a partir desse entendimento que um aporte analítico promissor desponta: a noção de coletivização proposta por Henriques (2010). A coletivização consiste no processo de constituição da causa social que anima um público, com o autor teorizando acerca da existência de condições lógicas que entram em jogo nessa formação. Em seu âmago, tais condições estão atreladas com os preceitos do pensamento de Dewey sobre a formação daqueles grupos, com Henriques destacando, em última instância, atributos necessários para que uma causa seja capaz de mobilizar sujeitos e movimentar públicos.

Assim, a primeira condição de coletivização apontada pelo autor é a concretude de um problema. Henriques destaca como a formação de públicos ao redor de uma causa depende do reconhecimento daqueles sujeitos sobre a existência de aspectos problemáticos em uma situação. Novamente a ideia de percepção passa a ocupar um lugar de grande destaque no processo de formação de públicos, com o autor afirmando que um problema deve ser entendido, essencialmente, como “algo que percebemos em nossa realidade e que nos incomoda” (HENRIQUES, 2010, p. 89).

Apenas esse reconhecimento sobre um problema, entretanto, não é o suficiente para a formação de uma causa pública. Para que isso ocorra, é fundamental uma passagem da dimensão individual, em que “eu” percebo um problema, para uma dimensão coletiva na qual “nós” observamos um problema e entendemos que ele nos afeta. A segunda condição de coletivização apontada por Henriques é, assim, o caráter público do problema, sendo fundamental que as pessoas possam “compreendê-lo em sua dimensão coletiva”

(HENRIQUES, 2010, p. 97), o que está relacionado com um processo de compartilhamento das percepções por meio das interações. O autor enfatiza assim uma dinâmica coletiva que, apesar de presente no cerne do raciocínio de Dewey, ocupa um papel secundário em muitas das apropriações de seu pensamento.

A terceira condição proposta por Henriques está relacionada com a dimensão da ação. O autor observa que a viabilidade é fundamental para a constituição de uma causa capaz de mobilizar os públicos. Se a tentativa de intervir nos rumos de uma situação é uma característica inata dos públicos, a ação só ocorre quando os sujeitos acreditam na existência de possibilidades de mudanças e de propostas de como agir – em última instância, é necessário que as pessoas se vejam como agentes capazes de transformar uma realidade por meio do esforço coletivo.

Finalmente, a quarta condição está vinculada com a existência de sentidos mais amplos acionados por aquela causa. Tal aspecto se relaciona principalmente com a tentativa de posicionar um público e suas ações no interior de quadros valorativos socialmente aceitáveis, demonstrando para os sujeitos um sentido moral na proposta de atuação do grupo. Um público precisa, nesse ponto, de apontar para ideias já cristalizadas em um imaginário social, justificando sua existência e ancorando suas perspectivas nesses sentidos compartilhados – por exemplo, a proteção ao meio ambiente, os direitos humanos, a justiça social.

Essas quatro condições de coletivização constituem uma sistematização lógica que se revela propícia para auxiliar a análise e a formulação de apelos mobilizadores, discursos que buscam influenciar os demais sujeitos para que esses passem a integrar um público. Nesse sentido, públicos que pretendem mobilizar outros atores centram suas mensagens na tentativa de ressaltar a concretude de um problema, em apelos retóricos para demonstrar como uma situação injusta não está limitada ao âmbito privado, em discursos que sugerem a viabilidade de um curso de ação ou tragam alusão aos sucessos já conquistados e no acionamento de valores morais mais amplos como justificativa para sua ação.

Enquanto par dialético da mobilização, é válido imaginar que a desmobilização ocorra a partir de um processo inverso ao da coletivização. É interessante observar, assim, a existência de constantes disputas ao redor da formação de um público, com atores que se entendem como afetados buscando mobilizar outros sujeitos ao mesmo tempo em que forças diversas criam resistências e entraves para esse processo. Nesse sentido, o reconhecimento da recursividade presente no processo de formação e movimentação dos públicos permite sugerir que as práticas

marcadas por apelos discursivos voltados para desmobilizar os públicos operam segundo as mesmas lógicas que aquelas que visam mobilizar os sujeitos, porém orientadas por uma valência oposta ao lidar com as condições de coletivização – tentando demonstrar que um problema (a) não é concreto, (b) não é de interesse público, (c) não é passível de solução e (d) não é embasado em valores mais amplos.

Esse é um raciocínio que amplia significativamente as possibilidades do conceito de desmobilização, criando bases para compreender como práticas podem intervir no processo de disputas de sentido e enfraquecer a movimentação de públicos. Não se trata, assim, apenas de fazer com que um sujeito não entenda uma situação como problemática – é possível construir apelos capazes de desmotivar os sujeitos sugerindo a falta de um horizonte de ações possíveis, demonstrando que um problema não é passível de solução (ou que a solução proposta por determinado grupo é ineficiente), ou mesmo pela desmoralização daquele público. Essas lógicas visam, em última instância, bloquear o potencial de movimentação daqueles agrupamentos, criando constrangimentos capazes de evitar que os mesmos se formem, cresçam e ganhem protagonismo. Em síntese, são práticas que, por meio de apelos discursivo, almejam tornar pessoas menos dispostas a fazer parte de um determinado público.

Uma noção das dinâmicas de desmobilização, acompanhada de uma sugestão analítica sobre o tema, emerge ao final do trajeto teórico desenvolvido até o presente ponto. O movimento seguinte do texto, por sua vez, visa demonstrar como tais constructos podem ajudar a desvelar aspectos dos discursos públicos, enriquecendo pesquisas acerca de fenômenos de comunicação organizacional e pública.

### **3. A desmobilização como aporte analítico**

O objetivo desta seção é desenvolver um exercício empírico capaz de apontar para o potencial das condições de desmobilização em pesquisas da área de comunicação. Considera-se que o êxito de um aporte teórico-analítico em tal campo pode ser observado, dentre outras formas, pela sua capacidade de desvelar novas dimensões das dinâmicas sociais, permitindo ao pesquisador maior grau de compreensão sobre as forças e elementos que perpassam as interações que constroem a realidade compartilhada.

Nesse sentido, é imperativo salientar que este artigo não visa produzir um estudo empírico exaustivo, mas sim um breve exemplo analítico de um fenômeno concreto de

comunicação pública. As condições de desmobilização são tomadas, assim, como categoria analítica para a investigação de alguns dos discursos contrários à greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018. O episódio consistiu em uma paralização de estradas ao redor do país, com o bloqueio de rodovias que levaram Estados a decretarem emergência, o acionamento das Forças Armadas para liberação das vias e uma negociação entre grevistas e Governo Federal que culminou com a redução no preço do diesel. Em específico, o que entra em jogo aqui não é a compreensão completa das dinâmicas de mobilização durante a greve, o êxito de discursos mobilizadores ou desmobilizadores, ou mesmo a reverberação dos discursos que serão trabalhados, mas sim uma tentativa de compreender como as condições de desmobilização são incorporadas em proferimentos contrários à greve.

Tendo em mente essas ressalvas, foram escolhidos três atores sociais distintos envolvidos no episódio. A seleção foi motivada não por questões de representatividade, mas a partir de um acompanhamento prévio da controvérsia e de uma compreensão sobre o posicionamento assumidos por esses grupos. Em suma, eles foram selecionados por se apresentarem publicamente, nas mídias sociais, como contrários à paralização, apresentando uma série de discursos que buscavam questionar e enfraquecer a legitimidade do movimento perante à opinião pública. Nesse sentido foram selecionados o perfil de Twitter @planalto, canal oficial da Presidência da República, e as páginas do Facebook do Movimento Brasil Livre (MBL) e dos Liberais Antilibertários (LA), grupo que se apresenta contrário à utilização recente de ideias libertárias por jovens de direita que pouco compreendem tal pensamento.

Selecionados esses atores, foram coletadas postagens durante o período da greve, assim como o material complementar às mesmas – comentários, no caso das postagens de Facebook, e metadados. No total, 152 postagens foram selecionadas, e, em seguida, classificadas como relevantes ou irrelevantes para a pesquisa (sendo irrelevantes aquelas que não mencionam a greve ou suas consequências). Nesse artigo, o cerne analítico está nos apelos discursivos – não sendo trabalhados aspectos sobre a linguagem utilizada em tais postagens ou a utilização de memes. Também não há qualquer preocupação de quantificar o número de mensagens que acionam cada uma das condições de desmobilização, mas sim observar os contornos gerais de sua utilização.

As postagens foram submetidas a uma análise de conteúdo orientada por quatro categorias: (a) disputas acerca da concretude do problema apresentado pelos caminhoneiros; (b) contestação sobre o caráter público do problema; (c) questionamentos sobre as soluções



para o problema; e (d) apelos para como a greve estava desalinhada com os valores morais. Abordamos, abaixo, uma síntese dos resultados, ordenados a partir das categorias analíticas.

### 3. 1 Disputas acerca da concretude do problema

A primeira condição de desmobilização diz respeito à contestação dos próprios elementos basilares que marcam a problematização de uma situação. No caso da greve dos caminhoneiros, tal aspecto estava diretamente vinculado com os aumentos sucessivos no preço do combustível, o que consistiria, na visão dos grevistas, de um abuso a ser corrigido.

O principal apelo de desmobilização identificado nessa categoria foi proposto pelos LA, com reincidentes questionamentos se o preço do diesel no Brasil realmente era elevado. Esse é o tema, por exemplo, da postagem na qual o grupo apresenta um gráfico do “*Global Petrol Prices*”, um banco de dados internacional que compara o preço do combustível ao redor do mundo. Nesse gráfico, o Brasil aparece na metade inferior da comparação, com preços abaixo de praticamente todos os países desenvolvidos. A postagem questiona se “o diesel brasileiro é caro ou é nosso setor de transporte de carga que ficou mal-acostumados pela política de subsídio do governo Dilma?”<sup>3</sup>.

Esse argumento seria, nos dias seguintes, reforçado pela página. Foram questionados, por exemplo, o preço da gasolina perante outros países do BRIC, o preço do diesel frente a renda *per capita*, e se o diesel era realmente tributado acima da média nacional de produtos – em todos os aspectos, a conclusão era que os caminhoneiros não eram impelidos problemas concretos. É interessante notar que muitos dos comentários a essas postagens passaram a defender que o problema que animava aquele público não era apenas esse, mas o preço da gasolina, o excesso de tributos, a corrupção e as condições das estradas – tais comentários ampliavam, perante um discurso que desmontava o mote central da greve, as problematizações do movimento.

A página, por outro lado, permaneceu negando os custos elevados no Brasil e trabalhando a greve como uma consequência das medidas intervencionistas do governo Dilma. O perfil do Planalto também passa, especialmente após o acordo do Governo Federal com os grevistas, a assumir discursos que disputam a concretude do problema. Não se tratava, nesse caso, de

---

<sup>3</sup> Disponível em [https://www.facebook.com/liberaisantilibertarios/posts/2046871812301232?\\_tn=C-R](https://www.facebook.com/liberaisantilibertarios/posts/2046871812301232?_tn=C-R). Acesso em 22 fev. 2019.

sugerir que o problema inicial não existia, mas sim de apontar que ele havia sido sanado pelo acordo que congelava o preço do combustível. Surge nesse momento um dos principais bordões do governo: “o acordo foi feito. O Governo fez sua parte. É hora dos caminhoneiros fazerem a parte deles”, sentença que seria repetida dezenas de vezes nas postagens do perfil.

### 3.2 Contestação sobre o caráter público do problema

Enquanto os discursos da primeira categoria disputam a concretude do problema apontado pelos grevistas, a segunda categoria de apelos trilha um caminho distinto: não se questiona se o problema existe, mas sim seu caráter público. Em última instância, o que a análise revelou foram apelos que buscavam demonstrar como a greve era um acontecimento relacionado com interesses privados de um grupo específico, que buscava conquistar benefícios para sua categoria – uma forma que remete a estratégias clássicas de contestação de movimentos grevistas, colocando-os como ações de agentes privados que vão contra (e chegam a ferir) os interesses públicos, instituindo, no processo, um nós (sociedade) contra eles (grevistas).

A LA fornece, novamente, uma ilustração desses argumentos, apontando que a questão central da greve não eram benefícios públicos, mas sim privados. Postagens que trazem esse apelo trabalham com ideias centrais sobre interesses “especiais” e tratamento diferenciado para o setor dos caminhoneiros, como a montagem abaixo (FIG. 1), na qual Dilma e Temer aparecem sugerindo um benefício aos caminhoneiros decorrente de um discurso sobre o bem da sociedade. Os apelos que lidavam com essa condição de desmobilização reiteravam que os caminhoneiros ganharam, durante anos, privilégios do governo federal, e que esse tratamento estava no cerne da disputa atual – o que reposiciona o tema na esfera privada. Interessante notar que esses discursos deixam claro que os apelos da página não eram direcionados para os grevistas, mas sim para a opinião pública, buscando enfraquecer o movimento e impedir o mesmo de ganhar maior apoio popular.

Outra estratégia argumentativa recorrente encontrada e que versava sobre essa condição foi a equivalência do movimento dos caminhoneiros com outras greves e invasões do Movimento dos Sem Terra, reafirmando que todos esses casos consistiam em tentativas privadas de conquistar benefício por meio do governo federal – prejudicando, no processo, o interesse público. Os bloqueios de estrada eram especialmente problematizados nesses termos,

com o MBL trazendo postagens que parabenizavam ações de liberação das vias, apontadas como salvaguardas do interesse público.



Figura 1 – Caráter privado do problema

Fonte: Liberais Antilibertários<sup>4</sup>

### 3.3 Questionamentos sobre as soluções para o problema

Os questionamentos acerca da viabilidade das soluções para o problema da greve aparecem com especial força nas postagens do MBL, grupo que não se posiciona veementemente contra o problema central da greve (ao contrário, entende as tributações excessivas como uma contestação legítima), mas sim de maneira crítica acerca das medidas propostas pelos caminhoneiros. A linha argumentativa adotada por esses apelos está relacionada com a ideia de quem “irá pagar a conta”, apontando que a desoneração do diesel não seria uma solução para os problemas sociais, na medida em que simplesmente repassaria os prejuízos para a população, incidindo no aumento de tributos em outros produtos.

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/liberaisantilibertarios/posts/2046871812301232?\\_tn=C-R](https://www.facebook.com/liberaisantilibertarios/posts/2046871812301232?_tn=C-R). Acesso em 22 fev. 2019.

Diversas postagens do grupo invocaram esse ponto durante o episódio, como o vídeo protagonizado por Kim Kataguirí e intitulado “Greve dos Caminhoneiros – Quem vai pagar a conta?”<sup>5</sup>. Outras postagens apontaram o comentário do Ministério da Agricultura sobre o aumento resultante do subsídio ao diesel nos preços de alimentos. Tais textos construíam uma ideia de que as soluções apresentadas pelos grevistas eram insuficientes e mesmo, no seu extremo, injustas por onerar o restante da população, motivos pelos quais que não faria sentido que os demais sujeitos apoiassem aquele público.

Apelos semelhantes foram encontrados também na página da LA, na qual múltiplas postagens apontavam para os impactos que os novos subsídios teriam sobre a população e questionavam o corte de impostos sobre os combustíveis. Para o grupo, eram necessárias mudanças capazes de alterar o cenário econômico brasileiro, diminuindo o poder do estado, abrindo o mercado e minimizando regulamentações – e, na medida que os grevistas não compartilhavam dessa agenda, tal movimento não deveria ser apoiado pela população.

### 3.4 Apelos sobre valores sociais

Por fim, a última categoria de apelos de desmobilização promove uma abordagem distinta, na qual o eixo de questionamento deixa de ser os problemas ou suas soluções, passando para os valores morais compartilhados por aquele público. No caso, a tentativa de criar entraves e enfraquecer esse público está relacionada com a desmoralização daquele coletivo, o que significa a demonstração (ou mera sugestão) de seu desalinhamento com valores sociais correntes.

Os principais apelos acerca de valores morais encontrados na análise partiram do próprio Governo Federal por meio de seu perfil no Twitter. O já mencionado bordão “o governo fez sua parte, é hora dos caminhoneiros fazerem a sua” era acompanhado por mensagens sobre os danos causados pela greve em áreas como saúde, educação e alimentação básica. Tais postagens afirmavam que “as ambulâncias não podem ficar sem combustível” e que “com a paralisação das estradas, a distribuição dos medicamentos para doenças graves e de alto custo foi comprometida”, estabelecendo uma dicotomia na qual os caminhoneiros seriam responsáveis por prejudicarem os serviços essenciais, especialmente das camadas mais pobres

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=psM6p8WVaw4>. Acesso em 22 fev. 2019.

da população. Algo semelhante aconteceu com exemplos da educação, alimentação, indústria e comércio, apontando para a responsabilidade dos grevistas pelo cancelamento de aulas, por ondas de fome e pelo desperdício de alimentos – todos exemplos sobre o desalinhamento moral daqueles sujeitos, que estariam dispostos a deixarem crianças sem cuidados médicos para buscar vantagens financeiras pessoais.

O MBL também apresentou alto grau de postagens com teor relacionado a essa quarta condição de desmobilização. Um exemplo foi a ênfase aos casos de violência dentro das manifestações, como a reverberação da morte de um caminhoneiro em Rondônia. O episódio sugere que a greve não seria mais pacífica (e, em última medida, legítima). Também relevantes são postagens sobre como a paralização estaria sendo conduzida, após os acordos com o governo, por infiltrados de partidos políticos e sindicatos. Tais discursos apontam para supostos valores morais compartilhados – paz, autenticidade, coerência, liberdade – ao mesmo tempo em que sugerem um desalinhamento daquele público com tais noções, minando seu potencial de ação na sociedade.

#### **4. Conclusões e perspectivas futuras**

As dinâmicas da desmobilização consistem em uma dimensão até então pouco problematizada dos processos de formação e movimentação de públicos. Pensar a desmobilização não significa, evidentemente, negar a ideia de mobilização, apoiar visões unilaterais sobre a comunicação ou abandonar perspectivas reflexivas acerca dos públicos. Ao contrário, trabalhar tal conceito implica avançar na compreensão sobre as interações e vetores de força que entram em jogo e configuram tanto a constituição desses agrupamentos quanto suas possibilidades de atuação na sociedade.

De um ponto de vista prático, a proposta do presente artigo busca abrir uma nova frente de reflexões profundamente imbricada com perspectivas críticas, instituindo as disputas de sentido e poder como elementos centrais da investigação sobre os públicos. Trata-se de uma aposta na retomada de discussões clássicas sobre as fragilidades e vulnerabilidades dos públicos, reconhecendo a necessidade de aportes e entendimentos que abarquem os conflitos e contradições que perpassam tal fenômeno social.

A concepção das condições de desmobilização deve ser entendida como um primeiro passo para o aprofundamento das dinâmicas envolvidas na formação e movimentação dos

públicos. Esse constructo não busca oferecer respostas conclusivas para os dilemas da desmobilização, mas sim indicar caminhos reflexivos. No breve exercício relatado, as condições ajudaram a refletir sobre discursos contrários à greve dos caminhoneiros de 2018, fornecendo uma concepção enriquecida sobre as disputas travadas na esfera pública. Apesar de suas limitações, ele demonstra, por exemplo, como a página dos LA centrou seus discursos na contestação da concretude e caráter público da greve, enquanto o MBL e o Planalto focaram em valores morais – permitindo uma melhor visualização sobre o *modus operandi* e sobre as táticas desses atores para enfraquecer a greve. Entre outros elementos, as condições auxiliam na compreensão acerca das construções simbólicas e tensões entre interesses públicos e privados, bem como sobre a desqualificação e desmoralização estratégica de movimentos sociais e coletivos por parte de organizações e instituições.

Múltiplos elementos que foram deixados de lado nessa análise preliminar sugerem caminhos para pesquisas subsequentes. Os comentários acerca dos discursos analisados podem, por exemplo, revelar indícios sobre como os sujeitos navegam e interagem com os apelos de desmobilização, permitindo observar a recursividade dialógica que os perpassa. Outra possibilidade instigante diz respeito a investigações sobre como membros de coletivos e públicos diversos lidam com discursos desmobilizadores, o que permitiria compreender e aferir aspectos sobre a efetividade de tais proferimentos, ampliar a compreensão sobre as condições de desmobilização e repensar o próprio jogo estratégico envolvido em dinâmicas sociais.

No que tange aos desenvolvimentos conceituais futuros sobre a desmobilização, indicativos sobre possíveis trajetórias a serem percorridas são fornecidos pelas próprias reflexões atuais sobre mobilização. A exploração das dimensões de visibilidade, disponibilidade e generalidade, constitutivas da noção de públicos (HENRIQUES, 2017), por exemplo, pode trazer à tona facetas sobre as dinâmicas comunicativas que visam instituir entraves para a formação e movimentação de coletivos. Igualmente promissoras são investigações focadas na desqualificação e desmoralização, inclusive estética, de grupos mobilizados. Por fim, cabe destacar que a noção de desmobilização oferece novas possibilidades para a compreensão de temas relacionadas com a Comunicação Organizacional e as Relações Públicas, ampliando o leque de opções teóricas capazes de explorar os impactos das práticas de organizações no mundo contemporâneo.

## Referências



- BABO, I. O acontecimento e os seus públicos. **Comunicação e Sociedade** 23: 218-234, 2013.
- BLUMER, H. A Massa, o Público e a Opinião Pública. In: COHN, G. (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- DEWEY, J. **The public and its problems**. Ohio: Swallow Press Books, 1954.
- ESTEVES, J. **Sociologia da Comunicação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GRUNIG, J. A situational theory of publics: conceptual history, recent challenges and new research. In: Moss D, Macmanus T and Vercic D (Eds) **Public Relations Research: An international perspective**. London: International Thompson Business Press, 1997.
- GRUNIG, L.; GRUNIG, J.; DOZIER, D. **Excellent Public Relations and Effective Organizations**. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 2002.
- GRUNIG, J. Situational Theory of Publics. In: HEATH, R. (Ed.). **Encyclopedia of Public Relations**, v. 2. London: Sage, 2005.
- HENRIQUES, M. Dimensões dos públicos nos processos de comunicação pública. In: Scroferneker M and Amorim L (Orgs) **(Re)leituras contemporâneas sobre Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017a.
- HENRIQUES, M. As organizações e a vida incerta dos públicos. In: Marques; Oliveira; Lima (Orgs.). **Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM-UFMG, 2017b.
- HENRIQUES, M. **Comunicação e mobilização social na prática da polícia comunitária**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- LESLY, P. Coping with Opposition Groups. **Public Relations Review**. V. 18, n. 4, p. 325-334. 1992.
- LIPPMANN, W. **Opinião Pública**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- LIPPMANN, W. **The Phantom Public**. New Brunswick: Transaction Publishers, 2011.
- QUÉRÉ, L. Le public comme forme et comme modalité d'expérience. In: Cefai D and Pasquier D (Orgs) **Le sens du public; publics politiques, publics médiatiques**. Paris: Press Universitaire de France, 2003.
- SILVA, D. John Dewey, Walter Lippmann e Robert E. Park: diálogos sobre públicos, opinião pública e a importância da imprensa. **Revista Fronteiras**. V. 18, p. 57-68. 2016.
- SILVA, D. Relações Públicas, Ciência e Opinião: lógicas de influência na produção de (in)certezas. **Tese (Doutorado em Comunicação Social), Universidade Federal de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2017.
- TARDE, G. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.